

TIAGO MISAEL DE JESUS MARTINS
PREFÁCIO DE ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS

PROIBIÇÃO DO RETROCESSO POLÍTICO

A LEI DA FICHA LIMPA SOB O ENFOQUE
DO PRINCÍPIO DE IRREVERSIBILIDADE



DIALÉTICA
EDITORA

INCLUI:

- ANÁLISE DE TODAS AS PROPOSTAS DE MUDANÇA NA LEI DA FICHA LIMPA
- ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E ESTRANGEIRA SOBRE PROIBIÇÃO DO RETROCESSO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
------------------	----

1. DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS POLÍTICOS	23
---	----

1.1 DIREITOS POLÍTICOS ANTIGOS E CONTEMPORÂNEOS	27
---	----

1.2 O FEDERALISMO AMERICANO	34
-----------------------------------	----

1.3 INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS POLÍTICOS	48
--	----

2. DIREITO E POLÍTICA NO BRASIL	67
---------------------------------------	----

2.1. DAS FRAUDES INVETERADAS AO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO	67
--	----

2.2. DIREITOS POLÍTICOS NA CONSTITUIÇÃO DA NOVA REPÚBLICA E O PROBLEMA DA CONFORMAÇÃO LEGISLATIVA	92
---	----

2.3 DIREITO POLÍTICO A ELEIÇÕES LIMPAS, CAUSAS DE INELEGIBILIDADE E LEI DA FICHA LIMPA	102
--	-----

2.4 OBSTÁCULOS À FICHA LIMPA	122
------------------------------------	-----

2.4.1 Obstáculos de Constitucionalidade e Convencionalidade	123
---	-----

2.4.2. Obstáculos de Efetividade	141
--	-----

2.5 PROJETOS DE LEI PARA REFORMA DA LEI DA FICHA LIMPA	143
2.5.1 Das Proposições No Senado Federal	144
2.5.2 Das Proposições Na Câmara Dos Deputados	148
2.5.3 Dos Resultados Da Pesquisa Empírica	155
3. A PROIBIÇÃO DO RETROCESSO COMO PRINCÍPIO JURÍDICO	157
3.1 RONALD DWORKIN E A REVALORIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS	158
3.2 PRINCÍPIOS NA TEORIA CONSTITUCIONAL ALEMÃ: ROBERT ALEXY	164
3.3 A RELEITURA DE HUMBERTO ÁVILA PARA OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS	170
3.4 O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO	175
3.4.1 Crise Econômica e Retrocesso: A Experiência Europeia	180
3.4.2 O Aprofundamento Teórico Em Portugal	184
4. RETROCESSO POLÍTICO E FICHA LIMPA	201
4.1. IRREVERSIBILIDADE NA DOUTRINA NACIONAL	202
4.2 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO	208

4.3 OBJEÇÕES ARGUMENTATIVAS À PROIBIÇÃO DO RETROCESSO	214
4.4 CONDIÇÕES PARA APLICAÇÃO DA TEORIA DA IRREVERSIBILIDADE	219
4.5 JURISPRUDÊNCIA EM MATÉRIA DE DIREITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS	227
4.6 JURISPRUDÊNCIA EM MATÉRIA DE DIREITOS POLÍTICOS	238
4.6.1 Julgamento Do Voto Impresso	238
4.6.2 Julgamento Da Lei Da Ficha Limpa	244
4.7 APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO AOS PROJETOS LEGISLATIVOS DE MUDANÇA NA LEI DA FICHA LIMPA	247
CONCLUSÃO	255
REFERÊNCIAS	261
ANEXO I	275